

De cidade à Metrópole
From the city to the metropolis

Odette Carvalho de Lima Seabra
odseabra@usp.br

Professora do Programa de Pós Graduação na área de Geografia Humana
Departamento de Geografia Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Orienta alunos em nível de mestrado e de doutoramento.
Pesquisadora do CNPq desenvolvendo as linhas de pesquisa: Políticas de espaço e Cotidiano e modo de vida.

Resumo

A cidade é uma formação transhistórica, a metrópole não. O processo de constituição da metrópole contemporânea ocorre desarticulando formações pretéritas tanto de cidades como de subúrbios. Na sua materialidade a metrópole é a síntese mais complexa da conexão espaço-tempo porque no seu processo de formação o tempo ganhou um fundamento social, regido pela lógica da reprodução capitalista, a qual implica no aprofundamento da divisão do trabalho e da generalização da economia de trocas. Portanto, as separações discutidas como segregação sócio-espacial são iminentes a esse processo.

O argumento principal é o de que é possível estudar a metrópole analiticamente no movimento próprio de sua formação a partir do problema colhido, supostamente situado na metamorfose da cidade, no decurso do tempo histórico. Metodologicamente, seguindo a trilha aberta por Henri Lefebvre, trata-se de operar a regressão genética e a progressão analítica, mobilizando as categorias que possam circunscrever o problema colhido.

Palavras-chave: reprodução, cidade, metrópole, urbanização, formação social.

Abstract

50

The city is a transhistorical formation, while the metropolis isn't. The constitution of the contemporary metropolis has occurred through the dissolution of previous city and suburban formations. In its materiality, the metropolis is the most complex synthesis of the space-time nexus because, as it emerged, time has acquired a social foundation ordered by the logic of capitalist reproduction, which has brought about an intensification of the division of labor and the expansion of the exchange economy. Thus the separations that give rise to socio-spatial segregation are inherent elements in this process.

The key argument here is that it is possible to analytically study the metropolis, in its process of formation, from the point of view of the selected object of study, supposedly related to the metamorphosis of the city over history. In methodological terms, following in Henri Lefebvre's footsteps, it is about making use of genetic regression and analytic progression, thus mobilizing the categories suitable for defining the chosen problem.

Keywords: reproduction, city, metropolis, social formation.

Introdução

51

Nesta formulação está implícito um movimento de raciocínio que vai da cidade à metrópole, porque tanto uma como outra (a cidade e a metrópole) assumem formas histórico-geográficas que correspondem a esta formação social. Nesse plano a questão é de verificar como as mudanças no modo de produção repercutiram na forma urbana à medida que a formação econômica e social capitalista penetrava os poros da sociedade, provocando enorme diversificação e concentração espacial de atividades (indústria e comércio) e de riqueza. A cidade sujeitada a um enorme crescimento, que na prática era um enorme dilaceramento, seria vivenciada com grandes transformações. Por isso será necessário compreender, de um ponto de vista lógico-teórico, as mudanças qualitativas dos modos de vida.

Disto decorre a questão de saber como a problemática da cidade pode ser traduzida também, como problemática da metrópole. Questão que pressupõe, no plano lógico-teórico, a articulação de teorias e conceitos na perspectiva do movimento próprio desta formação. Nesse sentido o marco histórico que lastreia o pensamento corresponde à transformação da cidade de São Paulo em metrópole; esta forma de propor o problema conduz à discussão de São Paulo nas suas metamorfoses e evoca a historicidade de um processo cujo sentido é o da universalidade desta formação social.

Trata-se de compreender como a metrópole, no seu o processo de formação, parece corresponder, *pari passu*, ao desenvolvimento da formação econômica e social na sua generalidade, (essencialmente capitalismo); logo, de compreender como a constituição formal e real da metrópole corresponde às necessidades da reprodução social. A formação da metrópole equivale ao movimento da própria formação social o *qual ocorre dilacerando as formações pretéritas, tanto de cidades como de subúrbios e alcançando, sobretudo, as*

entranhas da cidade, embora apenas algumas cidades cheguem de fato à condição de metrópole.

As singularidades histórico-geográficas, resultantes de processos específicos de configuração do fenômeno urbano no território nacional explicam a densidade econômica e política de cada uma das cidades bem como suas funções. Delas derivam os atributos que justificam e ao mesmo tempo explicam porque algumas cidades ascendem à condição de metrópoles nacionais.

Não tem nada novo nessa forma de pensar; autores importantes pensaram seus objetos como processo, como formação. Caio Prado Junior indagando sobre o Brasil escreveu a Formação do Brasil Contemporâneo; Celso Furtado escreveu a Formação Econômica do Brasil; Antonio Candido estudou A Formação da Literatura Brasileira.

O Brasil, a economia brasileira e a literatura brasileira, tanto quanto a cidade e o urbano nas suas metamorfoses são fenômenos complexos o que justifica a perspectiva de método aqui adotada, relativa ao movimento próprio da formação social.

No preceito formativo segundo o qual se deve começar colhendo um problema por sua feição local, está claramente pressuposta a convicção de que se pode alcançar a real universalidade do problema em questão (por isso mesmo sempre determinada) mediante o aprofundamento das sugestões locais, que são parte da evolução (mundial) do conjunto.¹

Para que a pesquisa, sob enfoque e sob as premissas da Geografia Crítica tenha curso, se torna necessário incorporar uma noção de tempo que permita verificar como na dialética do mundo (movimento, oposição, contradições e conflitos) se explicitam os objetos da análise geográfica, independentemente da escala geográfica. Portanto, trata-se de centrar o pensamento no objeto a partir de uma *atitude teórica*. Neste plano estão situadas concepções

¹ ARANTES, P. Eduardo. 1977 “Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo” São Paulo: ed. Paz e Terra; 1997; p37.

de ciência, concepções de mundo e de sociedade. Fundamento que o conhecimento sob qualquer hipótese não pode abolir, mesmo quando procura ignorar.

Metrópole como objeto teórico

53

Quando pensamos sobre a metrópole é importante, de partida, discerni-la como um objeto para além da idéia de caos e nesse sentido confrontar discursos e idéias com as práticas correspondentes. Pode-se observar então que o caos aparente obedece a princípios lógicos. Aliás, que é o cruzamento de diferentes lógicas: as lógicas dos agentes que produzem espaço em relação às próprias lógicas do espaço às quais podem até ser contraditórias entre si.

A problemática urbana que envolve toda sociedade tem a metrópole por centro, a qual sintetiza um feixe de questões que a primeira vista não se apresentam como interdependentes criando a ilusão de que é possível discutir, discernir e tratar do conjunto por partes. As dificuldades são grandes, mormente quando o foco da análise coloca em discussão segmentos dos processos de atualização tecnológica (modernização técnica e social). Obviamente, não se trata de invalidar o estudo e o conhecimento das partes, a questão é a de garantir a perspectiva do todo como momento e circunstância da produção e reprodução da sociedade, numa formação que totalizou o tempo e o espaço como valor. Ou, como riqueza que circula segundo as regras lógicas e sistêmicas do capital; na atualidade cada vez mais internacional e financeira, conhecida por capital global.

A metrópole contemporânea é a síntese mais complexa da conexão espaço-tempo. Constitui-se num objeto privilegiado exatamente porque, nela, o tempo tem um fundamento social resultante do processo de divisão do trabalho e da generalização da economia de trocas. Na metrópole contemporânea à lógica (sistêmica) e a dialética (movimento/conflito) reúnem os elementos que qualificam o presente e que indicam o movimento da formação, o qual pode ser compreendido através de certas linhas (evolutivas) mais ou menos consistentes que demarcam a especificidade de processos urbanos particulares. Em outros termos, como foi e como tem sido desencadeada a urbanização entre nós. Seus impasses e contradições.

É possível intuir que a metrópole seja mais do que as funções que abriga porque mesmo sendo o lugar por excelência da concentração e domínio das trocas de mercadorias e negócios há nela, residualmente, uma tessitura fina de acúmulos históricos guardados de outras épocas como ambiências de vida que em confronto com a lógica geral do valor insistem em permanecer.

Coloca-se, portanto, o problema de saber qual é a base genética da metrópole, afinal é nela que estão seus fundamentos, é de lá que certas continuidades atravessam os diferentes tempos e espaços sociais.

Disto deriva nossa única pressuposição, a qual consiste em admitir que a gênese da metrópole, com a funcionalidade/desfuncionalidade que a caracteriza, só pode ser compreendida nas metamorfoses da cidade porque, em primeiro lugar não existe ruptura absoluta entre o antes e o agora, assim como não existem também continuidades ou descontinuidades absolutas. É das entranhas da cidade que se vai formando a metrópole num processo marcado por continuidades e descontinuidades relativas.

Na cidade histórica, aquela que precedeu a industrialização, ainda claramente se podia perceber a dupla determinação que incide e explica o fenômeno *cidade*: de um lado a cidade como lugar do encontro, aí subentendido o lugar da *festa*, da reunião e, por outro lado o lugar do *negócio*.

Nesse sentido o caminho do pensamento precisa partir da gênese. A cidade histórica pode ser um ponto de partida no estudo dos aspectos genéticos da metrópole com vistas a elucidar o processo de metropolização como uma dimensão importante do processo geral de urbanização da sociedade.

Trata-se de estudá-la analiticamente pelo *problema colhido* para discernir e apreender o movimento de sua formação, supostamente situado nas metamorfoses da cidade, no decurso do tempo histórico; é necessário proceder à análise dos conteúdos do urbano, correspondam estes conteúdos às estruturas formais (objetos técnicos) do espaço ou a momentos e

circunstâncias de vida, o que quer dizer, o plano da existência imediata de sujeitos concretos nesta sociedade de classes.

55 A urbanização atual é um ponto de chegada de um processo que configurou as metrópoles mundiais, as quais, de um ponto de vista geográfico, têm sido estudadas, muitas vezes, a partir da forma, da função e das estruturas, conforme seu desempenho no território nacional e no espaço mundial. Mas, por um outro ângulo de visão, considerando que a sociedade urbana, tal como se apresenta neste início do século, suscita indagações sobre o devir, se justifica assim o estudo genético da metrópole como fenômeno histórico-geográfico, político e social.

Portanto, a cidade considerada na sua historicidade, se constitui numa categoria de objeto capaz sintetizar os complexos processos implicados nas metamorfoses do emprego do tempo. Pois, como já mencionado, no seu fundamento há disposição total do tempo dos cidadãos como tempo de festa que comportou negócios, tal como foram as feiras ao longo da História. No entanto o processo histórico mostra que os negócios venceram e subjugarão o caráter e a natureza da festa na cidade.

Tanto que facilmente pode-se constatar como os estudos sobre a cidade, de um ponto de vista do saber geográfico da modernidade, tem sido uma discussão do uso do tempo com a constatação da aceleração nas formas de emprego do tempo.

É verdade que a Geografia clássica mesmo separando aquilo que vinha da natureza daquilo que vinha da história e da cultura, identificava uma sucessão temporal de formas de apropriação da natureza estudando a evolução das técnicas. O que sugere que mesmo inconscientemente manejava a categoria do tempo. Até porque não há possibilidade de estudar espaço, espacialidade dos objetos ou das relações, à margem do tempo. O uso do espaço é sempre uma forma de emprego do tempo.

De um ponto de vista teórico-metodológico estamos diante da lógica e da dialética. O espaço, na sua dimensão objetiva, tem historicidade (aliás, como tudo que tem existência objetiva) ele

é acúmulo de tempos. A lógica pára o tempo, discerne conteúdos, descreve formas. O pensamento dialético encontra as contradições e os conflitos que indicam o movimento no sentido do devir; opera sob a premissa de que não existe um sistema acabado, mas existe um esforço no sentido da sistematização, no sentido da coerência e da coesão a partir das relações de produção. Logo, existindo também as contradições, os sistemas estruturam-se e se desestruturam, tornando a dialética da *coesão e conflito*, o enigma através do qual se pode discutir a metamorfose da cidade em metrópole como circunstância do processo de urbanização.

No confronto da ordem urbana, emanado do Estado, com a desordem da generalização da economia das trocas vê-se que, por certo, não tem mais sentido indagar sobre os fundamentos da cidade e seu devir histórico, afinal a metrópole é já a autodestruição da cidade.

Disto decorre que é necessário considerar a urbanização como um processo total que abrange diferentes escalas o qual, por sua natureza, desencadeia forças de mobilização em direção às cidades, fazendo desvanecer a oposição cidade campo. É essencial compreender os aspectos estruturais desse processo embora seja necessário ultrapassá-los. Ou seja, compreender quando a agricultura foi se tornando um ramo da indústria com a formação dos grandes complexos industriais, quando a população camponesa enraizada de diferentes maneiras nas diversas regiões do Brasil, começou a integrar o fluxo massivo de migrantes em direção às frentes de expansão do capital, onde estava o emprego e o salário, principalmente localizado nas grandes cidades. E, sobretudo aceitar o fato inexorável de que a concentração urbana corresponde à concentração da riqueza, a tal ponto, que a cidade ou aquilo que dela resta serve mais do que nunca à formação de capital, isto é à formação, à realização e à distribuição de mais valia.

Ao longo da História a cidade dependeu do uso que se fazia dela tanto que a forma propriamente da cidade sempre refletiu a forma de sua ordem social. Por isso somente a análise dos conteúdos permite compreender a urbanização. Assim, estudando analiticamente

as cidades vê-se como surgem as metrópoles, as quais avassaladoramente se erguem de modo irreversível, como fenômeno de grande magnitude, abrigo das grandes massas com as insondáveis periferias que proliferam à escala do planeta. Tanto que a pobreza urbana tornou-se o problema mais importante e politicamente explosivo deste século.²

57

Trata-se de um fenômeno que na sua generalidade, assume escala planetária, tendendo a apresentar certa homogeneidade relativamente às carências pelas quais transparece a pobreza. As diferenças correspondem aos atributos originais que têm por fundamento a matriz cultural de cada povo. Haja vista a concentração urbana e os signos da pobreza que ocorrem por continentes inteiros; a cada ano 25 milhões de indivíduos passam morar em favelas, é a abrangência ampla do diagnóstico que permite indagar sobre suas determinações. Conforme o diagnóstico de Mike Davis.

Trata-se de pretender compreender e de alcançar alguma explicação dessa voraz problemática, estudando o movimento da formação.

Antes mesmo de prosseguir nesta construção, aceitando que este fenômeno assusta pela quantidade, é necessário assegurar o entendimento de que se trata de contingentes demográficos que são residuais aos processos de colonização tais como, por exemplo, a África toda, partes expressivas da América Latina e da Ásia. Estas populações que foram objeto de expropriações de todo tipo, hoje são identificadas como população sobrança, relativamente ao desenvolvimento das forças produtivas, nucleares no movimento da formação social capitalista. É bem verdade que o trabalho como aposta do capital para seu desenvolvimento jamais chegou ser uma condição absoluta de mercadoria e que, por conta do progresso técnico, (desenvolvimento das forças produtivas materiais) o próprio capital no seu movimento de reprodução secreta, mais e mais, excedentes.

² DAVIS, Mike. *Planeta Favela*, Boitempo Editorial. São Paulo, 2006

Assusta a progressão negativa de direitos que os processos desta natureza desencadeiam, pois em face da vigência das políticas neoliberais que implicam na redução do gasto público, privatizações de serviço público e ampla reestruturação produtiva, este quadro está sendo enormemente agravado.

58

A urbanização hoje espelha uma forte segregação espacial. Nas gigantescas periferias vão se formando os enclaves urbanos como territórios de uso de população de maior renda, em certos casos, de renda alta. Vê-se também que uso público do espaço encolhe e que os velhos centros são objeto de estratégias de valorização com as quais se pretende salvar a cidade. Já as áreas pobres, crescendo meio de qualquer jeito, formam a periferia onde ficam depositados os pobres.

Restos da cidade permanecem retidos na trama do tecido urbano que resulta do crescimento das compactas periferias e subsistem em fragmentos dispersos. A cidade histórica, aquela que estava destinada a abrigar tais processos, está hoje praticamente diluída e aos pedaços, mas assim mesmo retida no tecido de urbanização contínua que é a metrópole. Guarda ainda algumas propriedades de centro em função dos seus acúmulos, afinal, ali nasceram e foram edificadas as instituições da cidade: o fórum, os palácios, a catedral, a universidade, a imprensa, os *boulevards*.

A cidade não é nenhum ente metafísico, é uma prática, uma apropriação situada entre o real e o possível, por isso geradora de tantas utopias. Utopias que atravessaram toda história do ocidente, germinadas nos valores e nos sentidos de cada época.

A hipótese de trabalho que pode ser perseguida é de que a cidade, enquanto forma histórica apresenta nos seus estádios de desenvolvimento, correspondência com as peculiaridades da formação social em geral (formação social capitalista), mas também da formação específica. Ou seja, na cidade sempre esteve reunido o *universal e o singular*.

Tanto que o processo de concentração, implicado nas transformações urbanas, está calcado no aprofundamento crescente da *divisão do trabalho* e na difusão do dinheiro como mediador fundamental das relações e, por tais acúmulos, a estrutura normativa do direito e as estruturas materiais (edificações) passam não comportar a magnitude do urbano em processo de concentração. A quantidade vence a qualidade e a partir de certo e mais ou menos preciso ponto, a autodestruição da cidade torna-se evidente. Estamos assim em condições de pensar a metrópole como o reino da quantidade: grandes números, sociedade de massas, grandes espetáculos, grandes orçamentos, estádios superlotados...; como o reino do valor de troca.

Então, admitindo-se que a metrópole seja, além do mais, uma acumulação desigual de tempos (diferentes temporalidades históricas inscritas no espaço urbano) temos que estabelecer raciocínios que nos permitam manejar esse objeto com objetivo de explorar o possível, sob a ótica do processo de formação da sociedade urbana.

Pode-se propor a desvendar essas inscrições estabelecendo as grandes linhas que têm orientado o desenvolvimento desta formação social localizando, nessa superfície de urbanização contínua que é a metrópole, os produtos e as obras da urbanização explicada pela industrialização. O que equivale a uma abordagem clássica.

Quando a urbanização é explicada pela industrialização: Tem-se a formação do operariado em correspondência com a estruturação dos mercados urbanos de produtos, de trabalho, de moradia, do abastecimento urbano e da estruturação do espaço da cidade com seus bairros. Associação de moradia e trabalho marcou as primeiras fases da industrialização e as migrações cidade campo forneceram um fundamento econômico para a indústria em desenvolvimento.

Nesse contexto as elites agrárias promoveram a acumulação mercantil nas cidades e gradativamente cederam lugar para elites modernas ligadas a indústria e aos serviços públicos, como necessidade do processo de industrialização.

Deterioração, ondas de valorização

Muitas das edificações da fase de industrialização de São Paulo, por exemplo, permanecem fixadas na textura do espaço urbano. São agora identificadas como os velhos bairros industriais em plena fase de desindustrialização. (escombros ao longo das ferrovias, em todo mundo, zonas portuárias formam zonas de desinvestimento). Configura-se a favela, sendo visível a metamorfose das formas.

Neste ponto do processo que corresponde a esta contemporaneidade a urbanização já não se explica pela industrialização; imperativos tecnológicos que visam adequar a funcionalmente o espaço urbano às necessidades gerais da urbanização e que implicam uma economia política do espaço, garantem a reprodução social.

Nos anos oitenta, sob a insígnia das políticas neoliberais, avança um processo de desregulamentação do trabalho e a equação que preside esse processo desde sempre, que consiste em: capital fabril, mão de obra barata e em quantidade, valorização dos terrenos urbanos, tornou-se sem solução.

A formação da periferia foi, portanto, um fenômeno correlato primeiro à fase do industrialismo, na perspectiva do desenvolvimento. Agora, o seu espraiamento, caracterizando o fenômeno da periurbanização parece corresponder melhor uma urbanização sem indústria, mas também sem cidade.

A cidade na História constitui um dos capítulos mais interessantes para refletir sobre o processo humanização numa perspectiva antropológica porque os grupos humanos se juntam,

produzem materialmente objetos, coisas. Inscrevem-se no território, produzem espaço e obras, reproduzem-se enquanto espécie e, há milênios, criam formas de concentração espacial as quais, originalmente, pareciam corresponder ao caráter gregário da espécie. É o que se vê nos clássicos, Lewis Mumford e Foucault de Coulanges. Mas, já não é disto que se trata a concentração urbana industrial e depois de serviços qualificados obedece a lógica econômica desse processo.

A Geografia ocupou-se amplamente em discutir o papel da cidade no processo de organização do espaço. Desde os estudos de Walter Christaller a centralidade da cidade em relação ao espaço circundante fora definida segundo níveis e hierarquias espaciais que correspondiam à dinâmica do mercado de bens e serviços. Nos seus desdobramentos tais estudos chegaram, pelos seus mais expressivos resultados, a pensar a cidade e sua região. O que, de certa forma, parece corresponder melhor ao capitalismo concorrencial do que às formas especiais resultantes deste capitalismo global, com características financeiras dominantes. Conseqüentemente, na atualidade o mais adequado parece ser o raciocínio que não despreza a característica difusa da urbanização tal como se apresenta. Ou seja, como um fenômeno capaz de configurar grandes extensões de urbanização contínua, com centralidades diversas e em geral móveis. Essas grandes extensões como são as periferias das metrópoles e grandes cidades dos países pobres, formam extensas *regiões urbanas*. O modo de vida urbano corresponde a esta fase do desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social global e parece ser a característica ou o atributo mais determinante dessas regiões.

O cotidiano admitido como expressão das formas de emprego do tempo estruturalmente relacionadas aos impulsos técnicos, políticos e econômicos da modernidade é o *cadinho* do modo de vida urbano. Pode ser estudado a partir da prática de espaço que lhe corresponde, (espaço banal em Milton Santos) porque contém e abriga as dimensões e os níveis desta formação ao realizar-se como modo de vida ou como cultura capitalista. Tanto que as oposições de classe estruturalmente configuradas projetam-se territorialmente espelhando esse processo.

Relativamente às regiões urbanas não se coloca a questão do centro e da centralidade, mas relativamente à cidade sim, desde que ainda exista uma centelha daquilo que tem sido a cidade na história. Por isso tem sentido discutir, sob o ângulo do movimento da formação, a cidade enquanto fenômeno histórico, político e social.

Vendo a cidade mais de perto

A pergunta que precede todo e qualquer raciocínio sobre a cidade indaga sobre a sua lógica. Afinal qual seria a lógica essencial no fenômeno cidade. Em seguida, de um ponto de vista do método, teríamos que abordar a historicidade da cidade, por não negligenciar que a cidade mesma, embora guardando uma perspectiva antropológica de análise, tornou-se também um fenômeno Histórico já que espelha os conteúdos próprios do movimento da formação social na qual se insere.

A cidade (histórica) foi sendo arruinada pela prevalência do exercício de uma política de classe que opunha proprietários e não proprietários de meios de produção e de terras, que a tornava um lugar das estratégias e em confrontos que têm perpassado a sociedade inteira. Mas a ruína da cidade foi acontecendo também pelo descompasso que foi sendo estabelecido entre a estrutura normativa (direito), como monopólio de classe e as demandas sociais, revelando enorme incapacidade de mobilizar convenientemente os interesses do bem comum que na cidade chama-se cidadania. Por que não lembrar que a justiça se pretende cega, porém é feita e operada por homens, no interior de uma sociedade de classes.

No capitalismo a reprodução sempre ampliada da riqueza é também reprodução dos fundamentos desiguais dessa sociedade.

É dessa desigualdade fundamental que resulta a segregação sócio espacial porque está na base da cidade capitalista e se aprofunda desmesuradamente quando as estruturas formais da

cidade não comportam mais as contradições que foram sendo acumuladas. A cidade desdobrou-se num espaço urbano mais vasto à medida que as funções reprodutivas do capital passaram a determinar os seus conteúdos. Processo que comportou diferentes pontos de vista: “a concentração das condições gerais sociais de produção”, conforme Jean Lojkine; “lugar de reprodução da força de trabalho”, conforme Manuel Castells e “lugar da *reprodução das relações sociais de produção*” conforme H.Lefebvre. É nesse urbano que são misturados o velho e o novo. Que há consumo, destruição, reiteração e criação.

O urbano é regido pela simultaneidade de processos.

Como a cidade está entre as premissas ou, na categoria de elementos postos como pressupostos para o desenvolvimento do capital, portanto necessária para o desenvolvimento do capitalismo, enquanto formação social, cabe pensá-la segundo a lógica reprodutiva da sociedade já que se trata de uma totalidade em processo nunca acabado e que tem se mostrado capaz de reproduzir suas próprias contradições.

Portanto para discutir as metamorfoses da cidade no sentido da estruturação da metrópole desdobre o raciocínio para seguir o duplo sentido que o capital dá a tudo que subsume e gera: o valor de uso e o valor de troca.

A cidade enquanto valor de uso para o capital

Para o capital a cidade é uma extensão necessária porque a circulação dos produtos está prevista como momento do próprio processo de produção. A produção produz produtos e os lança na circulação sendo que o tempo de circulação está em conexão com a produção; sendo o tempo de circulação uma dedução do valor criado (a circulação pode consumir o valor dos produtos). Ora um imperativo de tal ordem teria que aparecer nos aspectos formais do espaço urbano e aparece. A massa de capital fixo, fixado no espaço urbanizado constitui parte das condições gerais, sociais para a produção e reprodução da riqueza. A disposição, a acumulação destes capitais no espaço urbano constitui em si mesma, um capítulo da maior importância na geografia urbana. De um lado porque responde às ações coordenadas do poder

de decidir no urbano e de outro porque mesmo quando esse poder já não existe enquanto tal, as estruturas fixadas permanecem em contradição com as *novas* possibilidades técnicas ou políticas de uso do espaço urbano.

A cidade é um fenômeno trans-histórico, amplamente redefinido no movimento desta formação social que, por seus atributos de origem, reunia, *espontaneamente*, as formas originárias de capital: economia pecuniária e trabalho. A indústria ao alojar-se na cidade desencadeou seus próprios processos e acabaria por redefinir o sentido da cidade na história ao concentrar as funções destinadas à reprodução sempre ampliada da riqueza como capital.

Os fundamentos desiguais sob os quais se ergue a sociedade capitalista e que opõem estruturalmente o capital e o trabalho, só poderiam gerar uma desigualdade nas formas de apropriação e uso dos espaços urbanos. Logo, no território distingue-se uma divisão técnica do espaço (funções produtivas) que é acompanhada por uma divisão social que corresponde aos usos do espaço, os quais *aparecem* imediatamente como não produtivos por destinarem-se às habitações, ao uso público como são as praças, os jardins, os espaços do jogo entre outros.

Em suma, as modalidades de uso do espaço urbano obedecem tanto aos ditames das particularidades dos lugares (as propriedades do sítio urbano) como às formas históricas do processo social na modernidade. Disto decorre que as localizações intra-urbanas tendem a corresponder aos ditames do valor de troca e que os preços traduzem o uso social possível modulado a partir do uso comercial das diferentes localizações intra-urbana.

Concentrar o capital e o trabalho formalmente (gerando contratos) e realmente (veiculando salários/meios de vida) tem sido a atribuição fundamental da cidade moderna. Mas, para tanto, articula-se por dentro do que é propriamente a cidade uma estrutura jurídica, política e institucional da sociedade que promove a aderência necessária às suas diversas partes mesmo que perpassadas por contradições. De modo que as leis da cidade e a busca por cidadania

tornam-se um tema necessário. E, enquanto valor de uso para o capital, a cidade no todo e por partes insere-se no turbilhão da modernidade como núcleo que potencializa o valor de troca.

Mas a cidade é também um produto pelos feitos e pelas obras que reúne. Produto das sucessivas gerações. Enquanto tal tem sido um valor de uso para sociedade, pois, nela foi gestada a sociabilidade mais alta porque é geneticamente o lugar da política. Acontece que este produto tornou-se produtivo exatamente numa complexa dialética que esvazia o uso social da cidade na mesma medida que certos produtos e certas obras, já então descontextualizadas, começam a ser expressos em valor econômico, a ter preço, sob as contingências do avassalador movimento da modernidade.

Numa ligeira retrospectiva cabe lembrar que a cidade sempre esteve identificada com formas do exercício de poder. Tanto nos impérios autocráticos da antiguidade como nas democracias liberais das Américas (Angel Rama).

Em plena modernidade, no continente americano, a cidade chegou ser realização de elites liberais sendo também obra e promessa de um mundo melhor para toda sociedade. Os monumentos e as obras das cidades faziam veicular para a sociedade inteira imagens do mundo que se por um lado escondiam muitas das mazelas de dominação, (por exemplo, o que fora a dominação indígena), por outro lado puderam também aparecer como promessas de um mundo melhor. O ideário liberal alimentou um imaginário de mais liberdade através da imprensa, dos princípios da escola pública, do voto universal, das artes..., ainda que não tenha anulado os pressupostos das desigualdades fundamentais que opunham proprietários e expropriados. Mas a concentração urbana induzida pela industrialização durante todo o século vinte produziu fenômenos conexos em diferentes escalas em função da mobilidade territorial do trabalho (internacional-nacional-interregional-intraregional).

No entanto, o processo do capital apresentou um caráter virtuoso ao retirar do isolamento população camponesa, para reuni-la nas cidades e assim potencializar as forças, as capacidades que reunia, tanto que a cidade chegou ser um universo carregado de positividade.

A formação da classe operária, por exemplo, inaugura uma fase importante na história da cidade, ela era o novo. As pesquisas sobre imigração estrangeira, sobre o proletariado de S.Paulo, sobre os bairros industriais o demonstram.

66

Henri Lefebvre deu ênfase a essa positividade assinalando o caráter civilizatório do capital industrial: “a introdução do maquinismo transformou a existência dos tecelões, arruinando as famílias que viviam honesta e laboriosamente no campo, nas proximidades das cidades, mas afastadas delas. Essa gente vigorosa e bem estabelecida raramente sabia ler, menos ainda escrever; iam à igreja, não faziam política, nem conspiravam, não pensavam, tinham prazer nos exercícios físicos, escutavam a leitura da bíblia...” eles pareciam muito humanos e o eram, num certo sentido. E, no entanto, não seriam já simples máquinas a serviço da aristocracia? A revolução industrial reduziu completamente os operários ao papel de máquinas, “arrancando-lhes os últimos vestígios da atividade independente”, mas compelindo-os a “desempenhar seu papel de homens.” Na França a política, na Inglaterra a indústria, empurraram para o turbilhão da história as classes mergulhadas na apatia. (Cf. Lefebvre, Henri. A cidade do Capital. 2^a ed. Rio de Janeiro: DP&, 2001 p10-11)

No entanto, o caráter civilizatório do capital não pode encobrir nem anular suas contradições já então admitidas como negatividades inerentes ao seu próprio processo.

Mesmo assim é necessário assinalar que a cidade na história, muito antes de ser premissa ao desenvolvimento do valor de troca e mesmo já como condição e meio de reprodução do valor de troca, tem sido um lugar de expressão subjetiva das práticas e por isso permitiu a formação de um *ethos* de vida social que moldou a ordem distante, fosse da Igreja ou do Estado, dos sindicatos com a ordem próxima, ali onde estavam os trabalhadores enquanto moradores com suas famílias, de modo a formar seqüências históricas significativas tanto no plano da vida imediata dos sujeitos como no da ação política em sentido amplo.

A indústria, ao alojar-se na cidade, desencadeou seus próprios processos e nesse sentido redefiniu o sentido da cidade na história. Passou a atribuir-lhe novas funções, estas, já então derivadas da produção e da reprodução capitalista da sociedade.

67

Foi por isso que, em conexão com os processos alojados na cidade, no século vinte a população mundial tornou-se predominantemente urbana; que o valor de troca da cidade se tornou imperativo, um absoluto em toda e qualquer latitude.

A cidade enquanto valor de troca para o capital

Enquanto premissa histórica para o desenvolvimento do capitalismo a cidade é apenas o lugar do encontro do trabalho com o capital. Capital personificado na pessoa do capitalista e trabalho personificado na pessoa do trabalhador. Mas imediatamente a cidade integra os circuitos reprodutivos da riqueza. A circulação *ex-ante*, a reunião dos elementos que se combinam como capital tanto quanto a circulação *ex-post* dos produtos, se faz na cidade. A cidade é o lugar que concentra a produção de mais valia, mas é, sobretudo, o lugar da repartição da mais valia enquanto sobreproduto social, este que se divide em juros, lucro e renda da terra.

A generalização de uma economia de trocas, sempre a partir da cidade, implica reconhecer que implicou em transformações na cidade, tanto quanto houve mudanças qualitativas na sujeição do trabalho ao capital. E, gradativamente, tanto nas estruturas como nas conjunturas do urbano, enquanto âmbito da vida social foi se configurando uma lógica geral que dominando os resultados da história acabou por traduzir as diversas capacidades de trabalho da sociedade como uma força abstrata que se antepõe a cada um e a todos como força estranha. Como riqueza abstrata e impessoal. Porque, a produção capitalista de produtos como mercadorias e a forma do trabalho como trabalho assalariado, estão absolutizadas. O processo de trabalho em geral já é resultado de trabalho concreto, individual, qualitativamente definido em trabalho abstrato, socialmente necessário, só quantitativamente

definido e só assim representável na forma autônoma do dinheiro. Em suma, redução do trabalho qualificado em trabalho abstrato simples.

Todas as atividades (médicos, advogados, professores) caem sob a alçada das leis que regulam o preço do trabalho assalariado. Somente as forças produtivas sociais do trabalho (assim socializado), estão à altura de empregar no processo direto de produção, os produtos do desenvolvimento humano. A aplicação da ciência ao processo imediato de produção aparece como força produtiva do capital.

Em *O Capital* (crítica da economia política) foi analisada essa extraordinária distinção e identificada como sendo o *especificamente capitalista*. E assim o é porque todos os elementos do capital (trabalho-espaco-natureza) estão em fase de reprodução, sendo que a vida urbana implica em racionalizar todos os elementos e momentos dos quais se nutre, porque, de há muito superou a coleta.

Trata-se de compreender que à própria formação social como totalidade, coloca-se a questão de reproduzir o valor. Nesta etapa, o capital não recolhe na cidade livremente (tem que comprar, tem que realizar o valor de troca de seus pressupostos) os elementos de que necessita para seu próprio processo. Tem que valorizar o valor. Os circuitos capitalistas, necessariamente, internalizam mercadorias para as quais se constituíram diferentes e diversos mercados. Isto vale tanto para as matérias primas, para os objetos de trabalho, para os instrumentos de trabalho, como para o trabalho propriamente. Mas vale, sobretudo, para o espaço, designação que na Geografia quer dizer inserção territorial das práticas. O espaço não é um nível prático inerte. Ao contrário, capta e potencializa o processo social. No sentido do valor capta positivamente o processo social quando valoriza (permite estabelecer e alterar preços) localizações intra-urbanas. Há, portanto, uma dimensão absoluta no espaço que, paradoxalmente, só se realiza em termos relativos. Por isso que em David Harvey o espaço é, também, relacional.

O espaço e o valor de troca dos lugares

O valor de troca dos lugares é expresso no mercado de terras e de bens imóveis. E, a propriedade territorial é a categoria teórica pela qual é possível investigá-lo.

Também a dimensão espacial do processo social do capital foi objeto de reflexão em *O Capital, uma Contribuição à Crítica da Economia Política*.

Nessa obra a teoria da renda da terra, a partir da economia política clássica, teve seus desdobramentos sobre a teoria do capital.

Não obstante o esforço de muitos pesquisadores para integrá-la à teoria do capital, depois de bom par de anos (30-40) lê-se em David Harvey, por exemplo, que a teoria da renda é uma teoria da distribuição. Que, na verdade, o que conta é que se formou um imponente mercado onde atuam diferentes agentes que acabam por dar forma à urbanização contemporânea.

Vale considerar com mais detalhes estas observações críticas, afinal a propriedade territorial chega ao mercado, tem preço através do qual há capitalização da renda. Configura-se logo a questão de saber como um direito, em princípio uma estrutura jurídica configurada, insere-se como uma categoria econômica do capitalismo se, em princípio, nada tem a ver com os fundamentos do mesmo. Estamos vendo que neste sistema a reprodução ampliada está edificada sobre as relações do capital e do trabalho. E que, no entanto, é capaz de internalizar riqueza em caráter virtual (especulação) pela via da propriedade territorial, porque desencadeia mecanismos de valorização do espaço.

A valorização do espaço é o tema que nos aproxima, por outro ângulo, do problema da cidade e do urbano. Isto porque a renda é a forma econômica da propriedade. E valendo-nos ainda de David Harvey, veja-se: a circulação do capital em busca de renda atua na coordenação e na produção da mais valia; a renda carrega algum tipo de produção; a renda do solo é a forma na qual se realiza e se valoriza a propriedade territorial. A terra mercadoria gera renda, para depois eventualmente gerar juros, mesmo sob a prevalência do capital na forma financeira.

O preço da terra é expressão do valor, da riqueza que circula pela sociedade com variações de situação. A modulação desses preços nas cidades (talvez sob capitalismo concorrencial), como mostrou insistentemente os americanos obedecia a critérios locacionais que faziam dos centros das cidades os lugares de maiores rendas. Assim os preços caíam do centro em direção ao entorno das cidades. As áreas de comércio e serviços centrais pagavam sempre as maiores rendas; o uso residencial da terra pagava menos e por último os terrenos mais baratos eram os de uso industrial. A hipótese que suporta tais raciocínios é de uma planície isomórfica, o que talvez tivesse sentido quando ainda o capitalismo não era uma estrutura de organização. Saber como se conforma uma estrutura de preços da terra, agora, exige outros raciocínios. Seguir o caminho dos agentes, forças sociais que atuam no urbano, entendendo-se o urbano como a produção cabal deste modo de produção em processo, parece ser o caminho adequado.³

A diferenciação interna do espaço da cidade em função de atributos locacionais, derivados de fenômenos naturais ou histórico-geográficos, traduzidas como qualidades específicas, integram a reprodução do capital proporcionando capitalização ou descapitalização diferencial. Sobre tais princípios pode-se tanto elaborar as estratégias de ganho pela via da capitalização, como simplesmente, estratégias de sobrevivência.

A concentração sócio espacial (do capital, do trabalho) e o aprofundamento crescente na divisão social do trabalho levou à urbanização a sociedade e configurou a forma da metrópole. Esta que é uma superfície de urbanização contínua por quilômetros e quilômetros, que reúne grandes números os quais formam a massa de população urbana. A metrópole

³A bibliografia sobre o assunto é bastante ampla; dentre elas indico algumas contribuições significativas:
Alonso, William “Location and Land Use”- Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts –1968
Granelle, Jean Jacques- “Espace Urbain et Prix du Sol” – Sirey Recherches Economiques- Paris 1968
Mayer, René-“Prix de sol et Prix du Temp.”Ministère de la Construction -Paris 1965
Alquier, François-“Contribution à l’Etude de la Rente Foncière Urbaine” –Espace et Société n.2- Paris
Lojkine, Jean“Y-a-t-il une Rente Foncière Urbaine?”Espace et Société n.2- Paris.Centre National de la Recherche Scientifique “L’Analyse Interdisciplinaire de la Croissance Urbaine” – 1972 - Paris

apresenta uma estrutura policêntrica que foi sendo mais ou menos lentamente configurada, pois sintetizava nos seus processos os elementos da história pregressa, mas já por uma rigorosa e precisa quantificação. A metrópole move-se sob o primado do valor de troca. Tudo tem preço. Tudo se compra e tudo se vende e o tempo é dinheiro.

À medida que a cidade foi sendo invadida pelo valor de troca e este acabou por ser a medida de todas as coisas, gerava a anticidade a qual damos o nome de metrópole.

Transformações qualitativas importantes alcançaram nos modos de vida e foram produzidas formas espaciais inusitadas se comparadas às fases iniciais da indústria. Primeiro a urbanização avassaladora se espalhou e não apenas nas cidades do terceiro mundo, mas como fenômeno global. Depois, por força da reestruturação produtiva (anos 80) veio a desconcentração da indústria. Do que restou, escombros de estruturas industriais de um passado recente, no espaço da antiga cidade.

A perda da mono centralidade da cidade, as tecnologias do cotidiano como, por exemplo, o automóvel e as novas estruturas de comércio no abastecimento urbano, entre outras transformações, produzem uma espacialidade muito complexa. A pobreza e riqueza vêm-se mutuamente no espaço urbano. E não se trata de uma pobreza ou riqueza qualquer, pois estão elas sendo construídas, aprofundadas, em meio a dramas sem fim como se pode ver na extrema violência generalizada. Como a pobreza e a riqueza revelam-se com violência, comportam estratégias de uns e de outros seja nas favelas ou na “cidade de muros”, eufemismo para especificar os territórios exclusivos formados por condomínios fechados que circundam as grandes cidades em toda América Latina. A urbanização contemporânea produz uma paisagem inusitada, resultante da metamorfose da forma da cidade na história.

Pode-se observar um movimento de múltiplas entradas porque as forças sociais passaram disputar posições estratégicas. De um lado, a retirada do Estado de muitas de suas funções

sociais impulsionou a ordem do livre mercado e gerou a forma contratual das parcerias público-privado. Privatizações com gestão privatista de bens públicos é a fórmula que se generaliza, a partir das políticas neoliberais. Por outro lado, a sociedade inteira está sendo recortada por interesses particularistas que clamam pelo meio ambientes, por um retorno a natureza (idílico) como se algum dia isso tivesse existido. As Ongs, numa visão bastante geral, pretendem-se como entidades capazes de articular as mobilizações e interesses da sociedade, acima dos partidos e das religiões, mas por volta de questões que supostamente são desta época e que dizem respeito às novas raridades, tal como a água.

Tem lugar certa mobilização social com inúmeras bandeiras dentre as quais se inclui a coleta e a reciclagem de materiais. De modo que as periferias, formadas por uma imensa superfície de pobres urbanos, vão sendo articuladas aos objetivos dos programas e projetos destinados a conectar logicamente, a retirada do estado de funções pautadas em programas neoliberais.

Por outro lado, os programas de requalificação urbana, devotados aos espaços centrais das cidades, parecem ser a tentativa de recolher os fragmentos do que resta de um *botim*. A precoce deterioração das formas de uso do espaço que parecem estar em correspondência com o custo de oportunidade do capital das diferentes localizações intra-urbana acaba por justificar uma nova rodada de políticas de espaço de caráter intervencionista que produz a museificação dos velhos centros. Não se trata de iniciativas ingênuas nelas estão empenhados o Estado, profissionais liberais, bancos de investimentos, empresários. Se produzir espaço sempre foi uma forma de formar capital, nestas condições trata-se de reproduzi-lo. São as reestruturações do espaço medidas, calculadas segundo a lógica interna do processo que necessariamente tem que valorizar o valor. ⁴

⁴Na reprodução social a dialética opera com a contradição, nela os termos se confrontam e se negam até à superação. A contradição percorre um tempo, tem duração, Quando se trata de oposições apenas formais estamos num mesmo tempo e a lógica formal cumpre seu papel na descrição que, então se torna necessária.

Na superação o que é superado é abolido, suprimido – apenas num certo sentido; porque, em outro sentido, o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a um nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção de “resultado” superior; certamente, a etapa atravessada não existe em si mesma, isoladamente, como ocorria num estágio anterior; mas persiste no

Estamos em condições de pensar que a cidade deu guarida às formas originárias do capital, pois reunia o trabalho, comportava uma economia pecuniária, abrigava os sujeitos sociais do trabalho e do capital e, como premissa ao seu próprio processo, definia pelo contrato as formas civis da propriedade; mas a cidade estava ela própria sujeita a transformar-se pelos seus acúmulos. Desencadeou-se tal metamorfose que alcançou e manifestou-se ao nível da vida imediata dos sujeitos envolvidos. Ali, então, a lógica da reprodução desta sociedade foi configurando os sistemas parciais, articulando-os às exigências da própria reprodução da sociedade enquanto sistema.

A família, o clube, a vizinhança, a religião, os princípios de civilidade transformados em práticas espaciais, por exemplo, apesar de todas as limitações que apresentaram, foram universos de interação social, com um lugar bem determinado na vida urbana durante várias e sucessivas gerações. Quando se fala em memória urbana geralmente se está referindo às conjunções dessa fase da história urbana. Estas entidades com suas práticas correspondentes eram perfeitamente aderentes ao substrato social ao qual pertenciam, mas como eram recortadas pelo do mundo do trabalho, ficaram sujeitas aos seus efeitos até o ponto de serem configurados como críticos.⁵

resultado, através de sua negação. Assim, a criança continua no adulto, não tal qual era não “enquanto criança”; mas na lembrança e na memória de um adulto, em seu caráter, pode-se encontrar –superadas– a criança e a vida de criança. (Lefebvre, Henri. *Lógica Formal e Lógica Dialética* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.230-231)

⁵Juan José Campanella, cineasta argentino, no filme de 2003 “Luna de Avelaneda” (título original) ou Clube da Lua (título em português), deu expressão estética ao lugar histórico e geográfico que tiveram os bairros operários e as associações operárias com a formação de seus clubes, nas primeiras fases da industrialização na Argentina. Analiticamente abordou a formação, portanto a estruturação e a desestruturação, do modo de vida ligado a um espaço e a um tempo da urbanização. Com esse trabalho contribuiu para o esclarecimento dos efeitos que a industrialização de um lado, e a desindustrialização, por outro lado, produziu no processo urbano.

O cinema tanto quanto a literatura, de um modo geral, mesmo sem o perceber ou sem ter estabelecido esse propósito específico, põem em evidência a metamorfose da cidade no curso do desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social.⁶

74

A lógica do mundo do trabalho impõe sujeição da vida urbana porque implica mobilidade horizontal e vertical do próprio trabalho, sempre em ritmo crescente. No interior das unidades de produção trata-se do aprofundamento da divisão do trabalho, da padronização das habilidades e dos saberes, mas no território trata-se do deslocamento incessante da força de trabalho e mesmo daqueles contingentes que foram se tornando supérfluos, que são os sobrantes. Não convém esquecer que no território inscreve-se a propriedade territorial para a qual existe um valor econômico correspondente e que existe o Direito, este que guarda e expressa o lado civil do valor. Trata-se em suma de uma mobilidade contingente, pois que há de ser enfrentado o processo de valorização do espaço. Nesse sentido a luta por um lugar é incessante e pode ser sempre repostada.

Para além da generalidade que este raciocínio comporta está a ação dos contra poderes que se organizam já como recortados e como produto da reprodução das relações de produção em escala ampliada. Integrando-os estão os sistemas parciais que exigem direitos como, por exemplo, a família já recortada em crianças, adolescentes e idosos, além das mulheres que se organizam na reivindicação de direitos e de reconhecimento social amplos.

⁶ Tia Júlia e o Escrevinhador de Vargas Lhosa foi ambientado em Lima quando a rádio difusão chegava a cada casa e as novelas de rádio tinham uma função importante de mediação social, numa sociedade em processo de modernização, pelos anos cinquenta.

São contribuições importantes que nos ajudam pensar sobre o lugar social da cidade, com suas metamorfoses, e sobre os modos de vida no processo de reprodução da sociedade.

Pensando a Geografia

Portanto, o urbano é o mundo que nos é dado viver. A socialização capitalista do trabalho estendeu-se da fábrica para o conjunto da sociedade através do dinheiro como vínculo social. O que afirma os princípios da concorrência e do individualismo. É possível prescindir do outro, da pessoa, de qualquer relação quando o dinheiro, de simples mediador das relações, levantou-se como sujeito que alimenta /produz a coisificação e o fetiche das coisas do mundo.

Aceitando as premissas de que há um movimento da formação o conhecimento não deveria abdicar de buscar a contradição e o conflito, mesmo em se tratando de uma realidade que soma graus de complexidade. A lógica da mercadoria pode fornecer um caminho. Pois é disto que se trata já que o valor de troca domina o mundo e que agora o domina em segundo grau. Quer dizer que é necessário valorizar o valor.

Só para ilustrar, parece que na atualidade os produtos, os objetos e coisas são acompanhados de discursos que lhes atribui significados mais e mais sobrepostos. Mas como o conhecimento não pode ficar prezo ao discurso que flutua sobre as práticas ainda que dele se valha, o enigma exige fazer o caminho contrário: encontrar as práticas para desfazer as ilusões, a partir das premissas que a reflexão teórica permite construir.

Creio que o capital como forma da riqueza social no seu movimento subsume o espaço, portanto toda riqueza da sociedade tem atributos do espaço e a forma como a riqueza é metamorfoseada aparece na espacialidade que gera. Por isso não deveríamos confundir a cidade com a metrópole. O ponto de ruptura entre uma coisa e outra não saberia precisar, nem sei mesmo se seria possível porque há uma desigualdade imanente entre atividades e setores. De todo modo como conjunto e como resultado, a partir de certo ponto fica bem evidente que a metrópole (anticidade) é a síntese contraditória da cidade.

Ai então no absoluto domínio do tempo sobre o espaço, por um estranho paradoxo, as estratégias espaciais servem à continuidade da estrutura reprodutiva do capital. Através do espaço redefine-se o uso do tempo.

Para ilustrar estes pensamentos, mesmo negligenciando parte do conjunto de argumentos apresentados, recorro ao senso comum e até ao filósofo, para mostrar como o problema está delineado; estou então tentada a afirmar que quando nos referimos a cidade cada um sabe mais ou menos o que quer dizer, mas o interlocutor pode não saber exatamente o que está sendo dito.

Wittegnstein atinou para isso dizendo que existem palavras muito poderosas e fortes para as quais mesmo quando os conteúdos que lhes corresponde já não existem, elas, as palavras, continuam na linguagem através dos tempos e que, talvez, esse seja o caso da palavra cidade.⁷

A Geografia aplicada e a metrópole

Por um longo período estudos das hierarquias urbanas explicavam cada metrópole de per si, como cidade primaz, como cabeça de uma rede de cidades no âmbito dos estados nacionais. Esse conhecimento, supostamente, destinava-se a instrumentalizar a ação do Estado na formulação de políticas públicas de cunho territorial. O desencontro entre as formas espaciais, resultado da ação prática dos inúmeros agentes, e as prescrições normativas relativas aos territórios e sua gestão impossibilitaram a gestão pública, durante décadas, assumirem as metrópoles tais como eram. A base territorial do exercício da administração pública continuava sendo o município. (movimento municipalista/eleições). Vários organismos de administração pública foram sucessivamente criados para atuarem sob uma base metropolitana. (pode-se mencionar a criação das regiões metropolitanas-1974).

Por volta dos anos oitenta, face aos fenômenos conhecidos por globalização, as grandes metrópoles mundiais (Nova York, Tóquio, Londres...) ficaram no centro dos problemas

⁷ Arantes, Paulo E. O ponto de mutação no projeto Habermas (1997).

gerados pela concentração do poder econômico e das decisões das grandes empresas mundiais nos seus territórios de atuação. A Geografia e os geógrafos foram assumindo como necessário manejar categorias e conceitos de outra natureza para compreender os fenômenos da distribuição de cidades, do grau de concentração e de dispersão das atividades, do poder e do dinheiro pelo território. Constatou-se então que era necessário incorporar o mando e o comando; revelou-se que a dispersão de atividades pelo território (a periurbanização) corresponde à concentração e centralização de decisões e que as novas tecnologias da informação favorecem a tal reestruturação.

A mobilidade territorial do capital, os organismos internacionais de gestão financeira (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) junto com a crise da dívida do Terceiro Mundo, acabaram por produzir uma reestruturação nas economias nacionais.

Transforma-se a Geografia urbana. Os modelos de distribuição continuam como especulações, ora mais ora menos pertinentes. Mas a questão é de compreender que o ajuste estrutural por que passaram as economias nacionais, por imposição do FMI, impulsiona a reprodução da pobreza.

Financiamentos diretos às administrações municipais interessam às agências internacionais. Hoje, com a defesa da autonomia dos municípios para firmar contratos, Ongs e prefeituras promovem uma ligação direta dos governos locais com o nível internacional do capital financeiro. Por mais estranho que possa parecer política vira contas a prestar e a pagar, taxas de juros e assim por diante.

As redes locais de segurança desaparecem, agricultores pobres ficam cada vez mais vulneráveis a qualquer choque exógeno: seca, inflação, aumento dos juros (dívidas). Os incêndios, agora muito comuns, em regiões de agricultura camponesa indicam a impossibilidade do trabalho coletivo que secularmente serviu ao controle de situações dessa natureza e que consistia em bater o mato.

As novas técnicas de comunicação e de informação favoreceram as implantações mais dispersas dos centros de atividades das empresas e mesmo de localização residencial. A concentração física de empresas comporta certa dispersão, por isso a questão da localização e da distribuição espacial de atividades é diferente do que foi nas fases anteriores quando se desencadeava a industrialização.

As funções de pólo da economia mundializada definem centros na economia mundial e não implicam mais em concentração física.

Fala-se até que a dispersão de atividades seria uma nova revolução urbana que anuncia o fim da grande cidade da época industrial e o nascimento de metápolis (Françoise Ascher). Ai sim, a peri-urbanização estaria substituindo o crescimento denso e contínuo no entorno das metrópoles por uma extensão sobre os territórios desconcentrados, descontínuos, heterogêneos e multipolarizados sem limites precisos entre a cidade e o campo. Numa visão nada otimista a configuração da metápolis pode levar a formação de verdadeiros guetos no interior das regiões metropolitanas e o agravamento das segregações sócio espaciais.

Aceitando que essa seja uma tendência geral dos processos urbanos, as condições que o sistema opera têm necessariamente a ver com o contexto no qual se insere. Em países como o nosso onde reina nas nossas cidades a pobreza da maioria o futuro da cidade e do urbano está muito incerto.

Como pesquisar a metamorfose da cidade em metrópole?

Pelos fios de continuidade que atravessaram tempos históricos e sociais e que por vezes permaneceram retidos na trama desta urbanização avassaladora.

Por que pesquisar? A abordagem histórico-genética, tal como está sendo aqui preconizada, permite vislumbrar o movimento da formação, o que é a mesma coisa do que pensar o devir. Em conseqüência e sob bases reais, o pensamento alça vôos mais seguros.

Bibliografia

ASCHER, Françoise. *Métapolis ou L'avenir des Villes*. Editions Odile Jacob-Paris, 1995.

ARANTES, Paulo. *Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo*. In: *Sentido da Formação*. Arantes, Paulo E. / Arantes, Otília Beatriz F. ed. Paz e Terra/Rio de Janeiro 1997.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, Favela e Periferia*. Ed. Annablume/São Paulo 2006.

LEFEBVRE, Henri. *La Pensée Marxiste et la Ville*. Casterman/Paris 1972 2^a.édition/

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O CAPITAL: Resultados do Processo de Produção Imediata*. Ed. Moraes. São Paulo s/d

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Boitempo Editorial, São Paulo/ 2006